

# Antônio Carlos: 'Itamar poupa falsários'

SALVADOR — O governador Antônio Carlos Magalhães enviou ontem uma dura mensagem ao presidente Itamar Franco, em que lembra que "a impunidade é a mãe da corrupção", diz que não acreditava ser desejo de Itamar "isentar de culpa os falsários" e afirma que "ao minimizar os desmandos" o Governo "está criando uma situação mais difícil que a encontrada, decepcionando a Nação inteira e atrasando a recuperação moral do Brasil".

Na mensagem, Antônio Carlos comunica que, de agora em diante, divulgará qualquer denúncia que tenha a fazer contra órgãos do Governo federal através da imprensa, e não junto à Presidência da República, em Brasília, conforme Itamar lhe pedira. Ele critica severamente a Ouvidoria-Geral da República, o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e o próprio Itamar, que, segundo ele, não investigaram com seriedade as denúncias.

As irregularidades foram denunciadas por Antônio Carlos diretamente ao presidente Itamar, dia 20 de janeiro no Palácio do Planalto, e basicamente abrangem a área do Ministério do Bem-Estar Social — abusos na assinatura de um convênio com a prefeitura do município baiano de Barreiras e na liberação de recursos para a prefeitura de Juazeiro.

O presidente Itamar ordenou ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, que responda "com urgência absoluta" a mensagem de Antônio Carlos Magalhães, em que é acusado de proteger irregularidades cometidas por subalternos e de "usar óculos escuros para não enxergar". A correspondência foi recebida por Itamar às 17h10m, mas o presidente não a leu de imediato.

Itamar colocou o texto sob a pilha de documentos presidenciais. O assessor de imprensa Francisco Baker disse que o presidente leu suas correspondências até chegar à mensagem de Antônio Carlos. O governador enviou a correspondência em protesto contra o arquivamento, há cerca de um mês, de suas denúncias de malversações de recursos do Ministério do Bem-Estar Social, consideradas sem consistência pelo Governo.



Antônio Carlos, Itamar e Corrêa: dia 20 de janeiro, o governador da Bahia fez as denúncias no Palácio do Planalto

## 'VOSSA EXCELÊNCIA ESTÁ DECEPCIONANDO A NAÇÃO INTEIRA'

Eis a íntegra da mensagem enviada ontem pelo governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, ao presidente Itamar Franco:

"Senhor presidente:

"Quando apresentei a Vossa Excelência graves denúncias de malversação do dinheiro público — no dia 20 de janeiro do corrente ano e em audiência pública — acreditei, tal o aparato adrede preparado, na sincera disposição da administração de, efetivamente, sanear irregularidades que sabia estavam — como de resto, ainda estão — impunemente ocorrendo, na utilização de recursos públicos federais. Confiei realmente, não apenas porque, sendo o atual Governo legatário do processo de impeachment, deveria pretender — ao menos isso — se mostrar descontaminado de acusações, que envolveram um companheiro de chapa e de gestão do atual presidente da República, como ainda porque, por escrito, reiterado expressamente o suposto desejo de proceder à apuração imediata dos fatos e a identificação dos responsáveis, para aplicação das medidas administrativas e disciplinares pertinentes".

"Entretanto — e infelizmente para o erário — tal não se efetivou, até porque, incumbido de presidir os atos de apuração, o conhecido ministro Maurício Corrêa, que, antes mesmo de iniciar sua missão, já buscava conturbá-la ou desacreditá-la, ora com excessivo e des-

necessário apego ao formalismo, ora declarando que os fatos não passavam de um problema paroquial... Sem dúvida, um triste juízo de quem não conseguindo, ao menos, ser bom escrivão, pretende receber de Vossa Excelência (certamente que por inocentar agentes do crime e permitir ilícita utilização dos recursos públicos) o indevido prêmio: uma nomeação para o Supremo Tribunal Federal.

"Por tudo isso é que o Parecer da Comissão da Ouvidoria-Geral da República, criada pela Portaria nº 19, é, inquestionavelmente, uma peça de puro cinismo! Ali, de verdadeiro, só a mistura da mais elementar desinformação com má-fé. Sim, porque embora confessado o aqodamento na liberação de recursos, admitida a ausência da publicidade e a inobservância de outras regras básicas, declarado o desrespeito às normas de controle, revelado o desatendimento ao requisito da conveniência e oportunidade da medida, evidenciado o desvio fraudulento de verbas por ex-prefeitos, ainda assim, 'delibera por não considerar comprovada irregularidade de relevo'. Em suma, conclui-se que o dinheiro do povo não tem qualquer importância! Esse relatório — aprovado pelo ministro da Justiça — é bem o claro retrato do Governo de Vossa Excelência.

"Mas, as evidências dos crimes praticados (especialmente os de distribuição de recursos federais para prefeitos em fim de mandato, por vezes faltando apenas um ou dois dias

para a transmissão do cargo do sucessor) eram tão grandes, que a essa própria comissão encarregada foi obrigada a acionar o Tribunal de Contas da União, para que esse órgão viesse a punir os envolvidos, embora apenas aqueles que receberam os recursos. Não quiseram ver os doutos investigadores quem concorreu para o crime, ao inteiro descaso do artigo 29 do Código Penal.

"No caso aliás desses recursos da LBA, excelência, o escândalo é ainda maior, pois a presidente nacional da entidade — ela própria — constatou os abusos, as irregularidades, o emprego criminoso do dinheiro público. Entretanto, tudo já apurado, convinha demorar mais... criaram-se, pois, novas apurações...

"Com relação aos convênios celebrados com os municípios de Juazeiro e Barreiras, principalmente no último, chegou-se ao requinte da falsificação de assinatura. Entretanto, a única providência — até então adotada — foi a mera publicação (no Diário Oficial da União nº 48) de lacônico 'aviso de anulação' do convênio. Apenas isso. Nada mais. Assim tornou-se insubsistente (sic) um ilícito, penal inclusive, num inacreditável passe de mágica, transformando-se a vítima, a Embasa, em culpada, com a incrível e simplória assertiva de que 'não compareceu para assinar o ajuste'... E isso — sob sua gestão, senhor presidente — após muitas ou inúmeras tentativas para se obter a cópia de um instrumento que,

## Projeto para Santos

O Rotary Club de Santos teve a oportuna idéia de organizar um ciclo de palestras sobre as perspectivas e consequências da Lei nº 8.630 sobre o futuro da cidade. Trata-se da lei de modernização dos portos e evidentemente a histórica cidade paulista terá de nortear o seu destino por esse instrumento legal.

DONA do maior complexo portuário da América Latina, com a extinção dos anacrônicos monopólios dos serviços do cais, exercidos pela Cia. Doca e os sindicatos, dispõe agora Santos de amplas condições para receber investimentos privados e assim desenvolver-se rapidamente.

SEM falar nas grandes cidades-portos europeias, como Roterdã, Antuérpia e Hamburgo —

que continuam a crescer impulsionadas pelos capitais particulares — um bom exemplo seria Xangai, na República Popular da China. O principal porto chinês, já o quarto do mundo e cinco vezes maior do que o de Santos — em contínua expansão nestes 12 anos de abertura econômica — criou a Zona de Pudong para atrair investimentos estrangeiros e construção de terminais privativos.

O modelo chinês, isento de preconceitos contra as inversões privadas, poderia servir de padrão para o prefeito santista, que ainda não entendeu as inequívocas vantagens da nova regulamentação portuária para a comunidade. Seria de alto interesse para Santos caso do seminário do Rotary surgisse um plano básico de desenvolvimento para a cidade-porto paulista, aproveitando os múltiplos benefícios da lei.

por totalmente infrutíferas, obrigou o estado da Bahia — suposto e indigitado participante — a recorrer à Justiça, pois, por via administrativa, não o conseguiu, apesar, repita-se, de insistentes apelos e reiterados requerimentos.

"Quer dizer, ao descalabro moral, à improbidade administrativa, ao torpe usar do dinheiro público, soma-se o absurdo jurídico de uma nova e inusitada excludente de criminalidade. Doravante, ao delinquente, qualquer que tenha sido o delito, bastará a simples alegação de equívoco, para que se veja inocentado: sequer terá existido o crime. Ou ainda, à simples promessa de prestação de contas do objeto subtraído, que seja punido apenas o receptor.

"Daí porque não entendo quando — li nos jornais — Vossa Excelência me pede mais informações sobre irregularidades. Até as tenho, embora prefira, doravante, divulgá-las na imprensa, pois sei, assim, ao menos, delas saberá a opinião pública. Depois disso tudo, desse processo, encaminhar denúncias, para qualquer órgão do Governo federal, seria o mesmo que participar de uma farsa, papel ao qual não me presto, até porque não tenho mais a idade para o gosto pelo circo... Sugiro o mesmo comportamento ao presidente da República, divulgando — na íntegra e através dos Meios de Comunicação — o tal relatório. Será um momento único para o povo brasilei-

ro; afinal o tão singular merece ser peça principal da antologia do anedotário jurídico.

"Vossa Excelência bem o sabe, a impunidade é a mãe da corrupção, que abastarda qualquer governo. Não acreditava, portanto, fosse de seu desejo isentar de culpa os falsários — meros prepostos ou até ministros — nem admitir, desconhecer ou ocultar os casos de malversação que, infelizmente, estou vendo. E o pior: tudo nesse momento terrível, quando milhares de nordestinos morrem à míngua, vítimas da cruel seca, desassistidos, ou miseravelmente assistidos pelo Governo federal; para estes, fecham-se todas as portas; mas, para malversar, abrem exatamente as do cofre do Ministério — quanto paradoxo — do Bem-Estar...!

"É certo que nunca tive esperanças quando ao êxito do seu Governo. Mas o povo teve, depositando-lhe a confiança e mantendo a crença em melhores tempos. Todavia, ao minimizar desmandos — como os que insisto em ver apurados, a bem da moralidade pública — Vossa Excelência está criando uma situação mais difícil que a encontrada, decepcionando a Nação inteira e atrasando a recuperação moral do Brasil. O quadro é tão triste, que já não mais se pinta a cara: agora, preferem todos colocar óculos escuros, para não enxergar.

Atenciosamente,  
Antônio Carlos Magalhães, governador do estado da Bahia."